



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 60/CONSUP/IFRO, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos, Subsequente ao Ensino Médio, Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.001964/2014-21, e considerando, ainda a aprovação unânime do Conselho na 8ª Reunião Ordinária, de 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o Funcionamento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos Subsequente ao Ensino Médio, Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Art. 2º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Multimeios Didáticos Subsequente ao Ensino Médio, Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

DAUSTER SOUZA PEREIRA
Presidente Substituto do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO — MODALIDADE A DISTÂNCIA

VINCULADO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL EM SERVIÇO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOS SISTEMAS DE ENSINO PÚBLICO
(PROFUNCIONÁRIO)

Projeto aprovado pela Resolução nº 60/CONSUP/IFRO/2015

PORTO VELHO/RO

2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO
(Portaria nº 97/2014)

Sonia Carla Gravena Candido da Silva
Francirley Costa de Araújo
Sérgio Francisco Loss Franzin
Letícia Carvalho Pivetta

AVALIAÇÃO E PARECER

Silvana Francescon Wandroski
Maranei Rohers Penha
Michele Gomes Noé da Costa

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1.1	Histórico do Campus	9
1.1.2	Histórico da EaD no IFRO.....	8
2	APRESENTAÇÃO	12
2.1	DADOS GERAIS DO CURSO	13
2.2	JUSTIFICATIVA.....	14
2.3	OBJETIVOS	16
2.3.1	Objetivo geral	16
2.3.2	Objetivos específicos	17
3	CONCEPÇÃO CURRICULAR	18
3.1	METODOLOGIA	18
3.2	MATRIZ CURRICULAR.....	18
3.3	EIXOS FORMADORES.....	21
3.4	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	21
3.5	PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA.....	23
3.6	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	24
3.7	RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	25
3.8	PERFIL DO EGRESSO.....	25
3.9	PÚBLICO-ALVO	26
3.10	CERTIFICAÇÃO	27
4	RECURSOS HUMANOS E DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	28
4.1	EQUIPE DE PROFESSORES FORMADORES.....	28
4.1.1	Requisitos de formação	28
4.2	EQUIPE DE COLABORADORES	29

4.3	ÓRGÃOS DE APOIO	29
4.4	SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	29
4.4.1	Diretoria de Ensino	30
4.4.2	Departamento de Extensão	31
4.4.3	Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	32
4.4.4	Setor de Tecnologia da Informação.....	32
4.4.5	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas ...	33
5	INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO	34
5.1	ESPAÇOS FORMADORES	34
5.2	RECURSOS TECNOLÓGICOS	35
5.3	MATERIAIS DIDÁTICOS	35
5.4	INFRAESTRUTURA E RECURSOS ESPECÍFICOS DE EAD	35
5.5	POLOS DE APOIO PRESENCIAL	36
5.6	CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	36
6	SISTEMAS DE ATENDIMENTO.....	36
6.1	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.....	36
6.2	SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO	37
6.3	SISTEMA DE TUTORIA.....	38
7	PLANEJAMENTO DE ENSINO.....	39
7.1	PLANOS DE DISCIPLINA.....	39
7.2	CRITÉRIOS PARA MODELAGEM DO AVA	39
8	EMBASAMENTO LEGAL	41
8.1	DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	41
8.2	NORMATIVAS INTERNAS	42
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE — PLANOS DE DISCIPLINA	45
	PRIMEIRO MÓDULO	46
	DISCIPLINA: AMBIENTAÇÃO PARA EAD.....	46
	DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA	46
	DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA À EDUCAÇÃO.....	47

DISCIPLINA: FUNCIONÁRIOS DE ESCOLAS: CIDADÃOS, EDUCADORES, PROFISSIONAIS E GESTORES.....	47
DISCIPLINA: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA: ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA.....	48
DISCIPLINA: EDUCADORES E EDUCANDOS: TEMPOS HISTÓRICOS.....	48
SEGUNDO MÓDULO	50
DISCIPLINA: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	50
DISCIPLINA: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	50
DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS: ABORDAGEM PSICOLÓGICA.....	51
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO: ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO	51
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO	52
DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO PARA PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL	52
TERCEIRO MÓDULO	54
DISCIPLINA: TEORIAS DA COMUNICAÇÃO.....	54
DISCIPLINA: AUDIOVISUAIS.....	54
DISCIPLINA: BIBLIOTECA ESCOLAR.....	55
DISCIPLINA: LABORATÓRIOS.....	55
QUARTO MÓDULO	57
DISCIPLINA: OFICINAS CULTURAIS	57
DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO.....	57
DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA ÀS ARTES	58
EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS.....	Erro! Indicador não definido.
QUADRO DE SERVIDORES DE APOIO AO CURSO TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS.....	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 - Demandas prévias para novas turmas do Profucionário	15
Quadro 2 - Matriz curricular.....	19
Quadro 3 - Eixos formadores e práticas transcendentess.....	21
Quadro 4 - Necessidade de profissionais para o quadro docente	28

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/*Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-42

Nome fantasia: IFRO — *Campus* Porto Velho Zona Norte

Esfera administrativa: Federal

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial. CEP 76.821-002. Porto Velho – RO

Telefone: (69) 2182-3800

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

Sítio da unidade: www.ifro.edu.br

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Diretor-Geral do Campus: Miguel Fabrício Zamberlan

1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia surgiu como resultado da integração entre a Escola Técnica Federal de Rondônia (à época, em processo de implantação, com unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena) e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. O IFRO faz parte de uma rede quase centenária, com origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. A partir do documento, foram criadas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender, especialmente, os filhos de trabalhadores de baixa renda.

Na prática, as atividades do IFRO iniciaram-se com dois *Campi*, Colorado do Oeste e Ji-Paraná, no primeiro semestre de 2009. Estes são os marcos históricos de sua criação:

- ✓ 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;

- ✓ 2007: conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;
- ✓ 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do art. 5º, inciso XXXII da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou, numa única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- ✓ 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO.

O Instituto Federal de Rondônia vem fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o início de 2015, a configuração é esta: uma Reitoria; sete *Campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste); um *Campus* (Guajará-Mirim) e uma Unidade de Educação Profissional (Jaru) em implantação; e 25 Polos de Educação a Distância no interior do Estado.

1.1.1 Histórico do *Campus*

O *Campus* Porto Velho Zona Norte foi autorizado a funcionar como *Campus* Avançado por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

Em 2011, a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento iniciou, oficialmente, as atividades de planejamento e implantação do *Campus*, por meio da aplicação de questionários para identificar as demandas a serem atendidas.

O *Campus* Avançado, estruturado para oferecer educação a distância, converteu-se em *Campus* Regular e assumiu, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *Campus* e nos Polos regionais do IFRO – que, atualmente, atendem a vários municípios com a oferta de Cursos Técnicos em Finanças, Informática para Internet e do Programa Profucionário: Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar.

Devido à sua estrutura, voltada à utilização de tecnologias que auxiliam os estudos no ensino profissional, o *Campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla – com utilização de laboratórios temáticos, desenvolvimento de mídias para a educação, gravação e transmissão de aulas pelo estúdio de produção audiovisual –, a fim de atender às mais diversas regiões do Estado, aproximando as comunidades das oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

1.1.2 Histórico da EaD no IFRO

A proposta para o desenvolvimento das ações de educação a distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento; e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). A meta principal é institucionalizar a EaD e o desenvolvimento de projetos próprios por meio do uso de tecnologias de ponta, como transmissão via satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância em desenvolvimento, no IFRO, ocorre em consonância com as políticas de democratização da educação profissional e tecnológica, voltadas ao acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, passa-se a organizar a infraestrutura, com a implantação de programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial-virtual via satélite. Inicialmente, foi prevista a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis Cursos Técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profucionário — Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar. Assim, o *Campus* já alcançava mais de 4.000 alunos.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, desenvolveram-se ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio. Os estúdios estão finalizados e o satélite está ativado para transmissão a qualquer momento, com capacidade para atingir, inclusive, outros países.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte inicia a oferta de outros dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade, atingindo, de imediato, 1.200 alunos em 12 Polos – seis *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis Polos (Buritis, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé). Por meio da parceria com o IFPR, passa a ofertar, também, o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Em 2014, o *Campus* Porto Velho Zona Norte amplia sua oferta de cursos, com a abertura de 13 novos Polos – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste e Presidente Médici; no distrito de Extrema; e na capital, o Polo Porto Velho-Centro –, totalizando, em 2014, 25 Polos.

Em 2015, o *Campus* Porto Velho Zona Norte mantém a oferta de cursos em 25 Polos no Estado de Rondônia e firma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), na oferta dos Cursos Técnicos Subsequentes em Informática para Internet e Finanças. Para 2016, além dos cursos oferecidos atualmente, estão previstos os Cursos Técnicos Subsequentes em Serviços Públicos e Recursos Humanos. Desta forma, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

2 APRESENTAÇÃO

O Profucionário foi criado em 2005 e instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria Normativa nº 25, de 31 de maio de 2007, abrangendo apenas quatro habilitações: Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar.

Posteriormente, foi introduzida a 21ª área profissional no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, reconfigurando a previsão de cursos do programa da seguinte forma: Alimentação Escolar, Biblioteca, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos, Orientação Comunitária e Secretaria Escolar, com acréscimo de Ludoteca, Produção de Materiais Didáticos Bilíngues em Libras/Língua Portuguesa, Tradução e Interpretação de Libras e Treinamento de Cães-Guia. A área corresponde ao Desenvolvimento Educacional e Social, cujo objetivo é preparar profissionais para o apoio educacional e a integração das pessoas no meio social. Entende-se, no âmbito do Profucionário, que todos os servidores de uma escola são formadores e necessitam de preparo para desempenhar essa função.

Em sua origem, o programa dependia de termos de parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, além da União, conforme o art. 5º da Portaria nº 25/2007 do MEC. No caso dos Institutos Federais, que possuem autonomia para criar e extinguir cursos – e os do Profucionário integram o Catálogo Nacional do MEC –, as parcerias não são obrigatórias, de acordo com o art. 2º, § 3º da Lei nº 11.892/2008. No entanto, em respeito às características do Profucionário, o IFRO mantém propostas de integração entre as esferas administrativas e vem executando o programa com o envolvimento de Prefeituras, Secretarias de Estado de Educação, sindicatos de categorias educacionais e outros colaboradores.

O Decreto Federal nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, dispôs sobre questões relacionadas às condições de parceria na implantação do programa. O art. 3º, inciso III, traz como um dos objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica “[...] promover a valorização do profissional da educação básica, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira”. O art. 5º do mesmo Decreto prevê o fomento do acesso ao programa, e o art. 9º define o modelo de implantação: “[...] será feita em regime de colaboração entre os entes federados e formalizada por meio da assinatura de acordo de cooperação técnica, que estabelecerá os compromissos dos envolvidos”. O § 1º do art. 10 estabelece a necessidade de uma contrapartida: “Caberá à Secretaria Estadual de Educação ou à UNDIME, conforme o que dispuser o acordo de cooperação técnica de que trata o art. 9º, disponibilizar apoio técnico e administrativo para as atividades da coordenação estadual”.

A Resolução nº 5 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 30 de março de 2012, trata do modelo de oferta do Profuncionário. Segundo seu art. 5º:

O PROFUNCIÁRIO (sic) tem por objetivo promover, por meio da educação à distância, a formação profissional técnica em nível médio de servidores efetivos que atuem nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas habilitações do Eixo Apoio Educacional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos — CNCT.

O art. 8º da mesma Resolução define as competências dos agentes de integração: SETEC/MEC, FNDE, Institutos Federais e Secretarias de Educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. Neste novo modelo, consideram-se os IFs como proponentes do Profuncionário, com fomento do MEC, e os demais agentes como demandantes e colaboradores, no âmbito das Secretarias de Educação. O inciso III do art. 8º prevê a necessidade de articulação diferenciada e o suporte de viabilidade local, conforme estabelecido na alínea “c”:

viabilizar os meios necessários para que os cursistas e tutores vinculados à sua rede de ensino realizem plenamente as atividades previstas nos cursos, o que inclui, se necessário, a liberação do expediente de trabalho e/ou o pagamento de diárias e passagens para participar tanto da formação inicial quanto dos seminários de acompanhamento e avaliação.

Até recentemente, apenas as Secretarias Estaduais de Educação ofereciam os cursos, porque o programa estava vinculado à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação; com a transferência do vínculo à SETEC, os Institutos Federais passaram a ter um envolvimento ainda maior com o Profuncionário, por meio da oferta direta dos cursos, além da capacitação de tutorias e do pessoal administrativo envolvido.

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Em síntese, o curso apresenta as seguintes características básicas:

Nome do curso: Curso Técnico em Multimeios Didáticos

Modalidade: a distância

Área de conhecimento a que pertence: Desenvolvimento Educacional e Social

Habilitação: Técnico em Multimeios Didáticos

Carga horária: 1.500 horas

Forma de ingresso: seletiva pública, por meio do apoio dos demandantes

Distribuição de vagas: variável

Turnos de funcionamento: variável

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte e Polos EaD

Regime de matrícula: modular

Prazo para integralização do curso: no mínimo quatro e, no máximo, oito módulos¹

2.2 JUSTIFICATIVA

Compete aos Institutos Federais oferecer educação profissional técnica de nível médio com prioridade, na proporção de pelo menos 50% de suas vagas – conforme se estabelece no art. 8º da Lei nº 11.892/2008. Ao mesmo tempo, sua função social é formar trabalhadores na perspectiva da educação continuada, em todas as esferas públicas e na dimensão privada.

A formação do profissional em educação das redes públicas consiste num compromisso social e é instrumento regulador de carreira. De acordo com o art. 61 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), são considerados profissionais da educação básica escolar, além dos professores e pedagogos com formação específica, “[...] os trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim”. Neste sentido, o Profuncionário insere-se nas propostas de formação profissional para a educação como uma necessidade – não apenas para melhorar a formação continuada, mas também para regularizar as condições daqueles que não possuem os cursos enquadrados pela LDB na composição dos perfis dos trabalhadores reconhecidos. Este reconhecimento foi garantido pela Lei nº 12.014/2009, que inclui, na LDB, os funcionários de apoio escolar como profissionais da educação.

O Manual de Orientações Gerais do Profuncionário, com edição atualizada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2012), traz o histórico de surgimento e evolução do programa, com amplo referencial normativo – importante para o embasamento de programas, projetos e a construção de planos de carreira dos servidores beneficiários. De acordo com o documento (p. 32):

Não é difícil notar [...] que a luta pelo reconhecimento profissional dos trabalhadores, incluindo as experiências formativas, os princípios de política educacional contidos na LDB, a conquista do direito à profissionalização e as orientações legais sobre a formação profissional, de abrangência nacional, além da experiência do projeto piloto, são as coordenadas que situam no contexto histórico a proposta político-pedagógica do Profuncionário, apresentadas neste documento [o Manual].

Houve o enquadramento legal destes profissionais da educação, mas ainda existem lacunas de capacitação a serem preenchidas para que as normatizações referentes à regularização

¹ A carga horária do curso será integralizada em quatro módulos, o que corresponde a dois anos de curso. O limite máximo para integralização será de oito módulos, equivalente ao tempo de quatro anos.

de carreira sejam cumpridas. Além disso, muitos profissionais, mesmo com nível superior, pretendem ingressar em cursos do Profuncionário para uma especialização, conforme provam as experiências em andamento com as turmas iniciais. Há, também, o interesse da comunidade em geral como demanda alternativa para prevenir a ociosidade de vagas. As primeiras turmas, hoje em fase de finalização, são compostas, em cada curso, por servidores da educação efetivos da área respectiva, de outras áreas dentro do universo educacional e pela comunidade em geral, nesta ordem de prevalência – garantida no ato das matrículas. As demandas atuais foram levantadas por meio de um documento oficiado às Prefeituras dos municípios que se interessaram pela oferta do programa, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 — Demandas prévias para novas turmas do Profuncionário

Nº	Município	Cursos				Total
		Multimeios Didáticos	Alimentação Escolar	Infraestrutura Escolar	Secretaria Escolar	
1	Alta Floresta D'Oeste	50	50	50	50	200
2	Buritis	50	50	50	50	200
3	Candeias do Jamari	50	50	50	50	200
4	Cerejeiras	50	50	50	50	200
5	Costa Marques	50	50	50	50	200
6	Cujubim	50	50	50	50	200
7	Espigão D'Oeste	50	50	50	50	200
8	Extrema	50	50	50	50	200
9	Guajará Mirim	50	50	50	50	200
10	Machadinho D'Oeste	50	50	50	50	200
11	Nova Brasilândia D'Oeste	50	50	50	50	200
12	Nova Mamoré	50	50	50	50	200
13	Ouro Preto do Oeste	50	50	50	50	200
14	Porto Velho	100	100	100	100	400
15	São Francisco do Guaporé	50	50	50	50	200
	Total	800	800	800	800	3200

Fonte: Demonstrativos de demanda dos municípios — *Campus* Porto Velho Zona Norte (2014)

De acordo com uma nota do Ministério da Educação sobre o Profuncionário, “[...] a formação em nível técnico (sic) de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira”. A Portaria do MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011, alterou os art. 3º e 6º da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, determinando que “[...] o gerenciamento do PROFUNCIONÁRIO será efetuado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação/MEC, por meio da Diretoria de Integração das Redes de Educação

Profissional e Tecnológica” e que “[...] as atividades de formação e o desenvolvimento pedagógico do curso serão de competência de Instituições de Ensino Público, credenciadas pelo MEC, mediante Coordenação Pedagógica com o acompanhamento da SETEC”. Os Institutos Federais são vinculados à SETEC e têm sido instruídos a assumir, praticamente, a totalidade das novas demandas, salvo se as Secretarias Estaduais de Educação também optarem pela oferta. Entretanto, é reconhecida a incumbência maior dos IFs, devido à sua infraestrutura de espaço e pessoal.

O Profucionário faz parte dos princípios de formação e das modalidades de oferta de cursos da Rede Federal de Educação, notadamente pela Rede e-Tec Brasil, de modo que o IFRO assumiu o compromisso de participar do programa no Estado de Rondônia e fomentá-lo da melhor forma possível. Desta forma, oportunizou, a diversas regiões, cursos de capacitação profissional em favor da melhoria do atendimento educacional. Os cursos foram implantados em Polos já existentes e onde houve uma contrapartida de parceiros, para otimização e incremento de recursos – o que envolveu disponibilidade de espaço, equipamentos de hipermídia e serviços de manutenção básica. Atualmente, o Profucionário é oferecido em seis Polos no Estado de Rondônia: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Jaru, Ji-Paraná e Vilhena. Em breve, atenderá, também, aos outros 15 dispostos no quadro acima, totalizando 21 municípios.

A oferta do programa, na modalidade a distância, justifica-se pela necessidade de adequação dos cursos ao público-alvo, composto por profissionais em serviço. É, também, uma forma de atender ao princípio da economicidade, disposto no art. 8º, inciso III, alínea “h” da Resolução nº 5/2012 do FNDE, visto que os Polos de EaD são estruturados para uma diversidade de cursos.

O processo de interiorização do programa atende, especialmente, aos servidores das redes municipais de educação, visto que, até o momento, o maior número de egressos do programa com oferta pela Secretaria de Estado da Educação em Rondônia é da rede estadual. Este projeto inaugura, além das novas turmas, a gestão pedagógica própria do *Campus* Porto Velho Zona Norte para o Profucionário, antes sob a responsabilidade do IFPR, única instituição parceira até o final do ano de 2013 nesta demanda.

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo geral

Oferecer educação profissional técnica em Multimeios Didáticos subsequente ao ensino médio.

2.3.2 Objetivos específicos

- a) Preparar profissionais para orientar e apoiar a comunidade escolar na utilização de recursos tecnológicos multimidiáticos, nos mais diversos setores;
- b) Formar técnicos com competência para preparar materiais didáticos e apresentações produzidos pelos educadores;
- c) Oferecer formação profissional para a difusão do uso de recursos de hipermídia na educação, com zelo, manutenção, organização e boas práticas de conservação de equipamentos e programas.

3 CONCEPÇÃO CURRICULAR

A concepção curricular envolve os princípios de formação e os procedimentos de trabalho, assim como a estrutura do currículo, que deve correlacionar, intimamente, o perfil de formação, os objetivos, a matriz curricular e os planos de disciplina a serem desenvolvidos.

3.1 METODOLOGIA

O Curso Técnico em Multimeios Didáticos será desenvolvido segundo as diretrizes nacionais fixadas pela Resolução nº 6/2012, os fundamentos da Lei nº 9.394/1996, os Referenciais de Qualidade em EaD (2007) da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação e as especificidades e configurações descritas no Manual de Orientações Gerais do Profucionário (2012), além dos princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Rondônia, pautados numa educação significativa.

A organização curricular para a habilitação do Técnico em Multimeios Didáticos está estruturada em módulos, envolvendo componentes de três núcleos: Formação Pedagógica, Formação Técnica Geral e Formação Técnica Específica. A oferta do curso na modalidade a distância permite a flexibilização de espaço e de tempo, e permite ao cursista o desenvolvimento da autonomia para a realização de seus estudos.

Cada módulo será ofertado com 80% da carga horária a distância, segundo a orientação da equipe pedagógica específica. Os outros 20% serão ofertados de forma presencial ou presencial-virtual, com uso de materiais multimidiáticos previamente preparados. As características deste processo de formação estão descritas em capítulo específico, mais adiante.

3.2 MATRIZ CURRICULAR

O curso está organizado em módulos e envolve disciplinas distribuídas em três eixos: Formação Pedagógica, Formação Técnica Geral e Formação Técnica Específica. Além disso, há os componentes de preparação introdutória e complementar.

a) Eixo da Formação Pedagógica

É composto por áreas de Formação Pedagógica, mas que não se confundem com a preparação para a docência: envolvem contextos históricos da educação e fundamentos antropológicos, políticos, sociológicos, filosóficos e culturais característicos dos processos de

formação das pessoas no universo escolar. Estas abordagens são comuns a todos os cursos do Profucionário, de modo que o eixo se caracteriza como introdutório à formação específica.

b) Eixo da Formação Técnica Geral

Este eixo contempla disciplinas bastante operacionais e, também, comuns a todos os cursos, com vistas à capacitação no uso de hipermídia (Informática Básica), na construção de textos (Produção Textual na Educação Escolar) e no uso de fundamentações legais (Direito Administrativo e do Trabalho). Entendem-se, pois, como componentes operacionais e de desenvolvimento da autonomia e da emancipação.

c) Eixo da Formação Técnica Específica

A Formação Técnica Específica é composta por módulos voltados, exclusivamente, à formação profissional do Técnico em Multimeios Didáticos. Proporciona conhecimentos para o pleno exercício das atividades de rotina especializadas.

d) Prática Profissional Supervisionada

A Prática Profissional Supervisionada (estágio) contempla 300 horas. É um componente de sistematização das teorias na prática e de contextualização das experiências por meio de registros, análises, processos de intervenção e exposição de resultados; portanto, é transversal em todo o curso. Suas formas de realização estão descritas mais adiante, e serão orientadas pela disciplina Orientação para Pesquisa e Prática Profissional. Estes e outros componentes estão previstos na matriz curricular abaixo.

Quadro 2 — Matriz curricular

CURSO TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE LDB nº 9.394/1996, art. 36 — Resolução CEB/CNE nº 6/2012 Duração da aula: 50 minutos							
Períodos/Etapas		Disciplinas	Núcleo	Hora aula	Hora relógio	Hora aula presencial	Hora relógio presencial
MÓDULO 1	E1	Ambientação para EaD	Introdutório	40	33	8	6
		Metodologia da Pesquisa	Introdutório	40	33	8	6
	E2	Informática Básica e Aplicada à Educação	NFG	80	66	16	13
		Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores	NFP	80	66	16	13
	E3	Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica	NFP	80	66	16	13
		Educadores e Educandos: Tempos Históricos	NFP	80	66	16	13
				400	330	80	64
MÓDULO 2	E1	Gestão da Educação Escolar	NFP	80	66	16	13
		Produção Textual na Educação Escolar	NFG	80	66	16	13
	E2	Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica	NFP	80	66	16	13
		Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica	NFP	80	66	16	13
	E3	Direito Administrativo e do Trabalho	NFG	50	41	10	8
		Orientação Para Pesquisa e Prática Profissional	Introdutório	50	41	10	8
				420	346	84	68
MÓDULO 3	E1	Teorias da Comunicação	NFE	90	75	18	15
		Audiovisuais	NFE	90	75	18	15
	E2	Biblioteca Escolar	NFE	90	75	18	15
		Laboratórios	NFE	90	75	18	15
				360	300	72	60
MÓDULO 4	E1	Oficinas Culturais	NFE	90	75	18	15
		Informática Aplicada à Educação	NFE	90	75	18	15
	E2	Informática Aplicada às Artes	NFE	80	66	16	13
				260	216	52	43
TRANSVERSAL	Estágio (Prática Profissional Supervisionada)		NC	360	300	360	300
*CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				1800	1500	650	541

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2014)

Síglas: NFG: Núcleo de Formação Geral; NFP: Núcleo de Formação Pedagógica; NFE: Núcleo de Formação Específica; NC: Núcleo Complementar.

*A carga horária apurada na conversão de hora-aula em hora-relógio foi considerada pela soma global dos tempos de cada disciplina, em vista de que os valores por módulo são fracionados e impedem um resultado exato. Como as disciplinas são cumpridas pela hora-aula estabelecida, não há prejuízos na duração mínima do curso.

São garantidas 240 horas de atividades presenciais, correspondentes a 20% da carga horária mínima do curso (estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), conforme exigido no art. 33 da Resolução nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Acrescenta-se a ela o tempo destinado à Prática Profissional Supervisionada, transversal, em quantidade igual à recomendada na minuta do Manual de Gestão do Profucionário, elaborado por grupo de trabalho instituído pela SETEC/MEC (2012).

Por se tratar de um programa especial, a matrícula dos alunos deverá ser renovada antes do início de cada período do curso, com identificação das disciplinas a serem cursadas.

3.3 EIXOS FORMADORES

O curso compõe-se de eixos temáticos que se definem pelas diretrizes do Profucionário, contidas no Manual de Orientações Gerais (2012) e pela própria natureza da formação, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3 — Eixos formadores e práticas transcendentas

Eixo	Dimensão	Componentes curriculares
Formação Pedagógica	O conhecimento do ser na sua dimensão histórica, cultural e social	Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores Educadores e Educandos: Tempos Históricos Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica da Educação Gestão da Educação Escolar
Formação Técnica Geral	O sujeito e a construção do conhecimento geral aplicado ao mundo do trabalho	Informática Básica Produção Textual na Educação Escolar Direito Administrativo e do Trabalho
Formação Técnica Específica	O sujeito e a construção do conhecimento específico aplicado ao mercado de trabalho	Teorias da Comunicação Audiovisuais Biblioteca Escolar Laboratórios Oficinas Culturais Informática Aplicada à Educação Informática Aplicada às Artes
Prática Profissional	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Prática Profissional Supervisionada (Estágio)

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2014)

3.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O aproveitamento de disciplinas ocorrerá conforme os critérios dispostos no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO (2010).

A avaliação dos estudantes – elemento fundamental para acompanhar e redirecionar o processo de desenvolvimento de competências relacionadas à habilitação profissional – será contínua, cumulativa e possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão no art. 24, inciso V, alínea “a” da LDB/1996. A avaliação será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, memorial);
- d) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- e) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns, *chats*).

Para avaliar a aprendizagem, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor, para cada período letivo. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no ROA dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação.

O Profuncionário considera alguns instrumentos essenciais para a avaliação do cursista e o processo reflexivo da avaliação, e prioriza a avaliação participativa e dialógica realizada entre o tutor e o cursista. Os processos avaliativos podem utilizar instrumentos específicos, como o memorial – individual, reflexivo, em que o cursista expressará suas impressões e experiências de aprendizagem – e o relatório final sobre a prática profissional supervisionada – importante para descrever as atividades desenvolvidas no campo de estágio, ao longo do curso. Outros instrumentos, de planejamento, registro e avaliação, serão utilizados, conforme as instruções de coordenadores, professores e tutores.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no ROA dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD. Os resultados dos estudos em EaD representarão entre 20 e 40% das notas na disciplina correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos estudantes nas atividades em EaD, sejam aquelas disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou em outro meio; a equipe diretiva de ensino, pelo acompanhamento e instrução da execução integral das

disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à Diretoria de Ensino e aos alunos, no início de cada período letivo; os planos de atividades em EaD serão apresentados sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e a integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares serão apresentadas pela equipe de ensino do *Campus* ou pela Pró-Reitoria de Ensino, conforme as respectivas competências.

3.5 PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A Prática Profissional Supervisionada (PPS), no Profucionário, é uma forma de estágio e está subordinada, portanto, à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Não se confunde com a prática regular das disciplinas em geral, como os exercícios, pesquisas, experiências e outros, nem com a prática supervisionada de disciplinas específicas, orientadas em aulas e microaulas nos cursos. É, portanto, uma prática excepcional, com carga horária própria e definições pela disciplina Orientação para Pesquisa e Prática Profissional – e outras, ao longo do curso, que podem se articular para o desenvolvimento das atividades. Está vinculada a todas as disciplinas, portanto, mas é um componente curricular autônomo, que requer integralização plena de 300 horas e aproveitamento suficiente.

A disciplina de Orientação para Pesquisa e Prática Profissional tratará das instruções iniciais para o desenvolvimento da PPS – que incluem a formalização de processos para a experiência da prática em escolas públicas de educação básica, a elaboração e assinatura dos documentos previstos nas regulamentações de estágio do IFRO, o planejamento das atividades, a produção de relatórios parciais, a elaboração de projetos de intervenção e os relatórios finais.

A PPS deve ocorrer ao longo de todo o curso, e não apenas em determinados períodos, como em finais de semestres ou bimestres. Ela é contínua e possui 300 horas de carga horária própria, necessárias para a integralização do currículo e obtenção do diploma. Será realizada, exclusivamente, nas escolas públicas em razão da natureza dos cursos, inclusive por alunos que não são servidores. Seu planejamento é exclusivo para os setores de atuação relativos à formação em todos os cursos.

Em conformidade com as Orientações Gerais do Profucionário (2012, p. 55 e 60-62), item 3.4.1, a carga horária da PPS dos cursos foi definida por analogia ao que determina a LDB para os cursos de formação docente, que prevê, em seu art. 65: “A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas” (BRASIL, 1996).

O mesmo princípio da analogia utilizada para a definição da carga horária da PPS pode ser aplicado no que se refere à possibilidade de sua redução. O art. 1º, parágrafo único da

Resolução nº 2/2002 – que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior – considera que os alunos que exercem atividades de docência “poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas”, o que representa uma redução de 50%. Portanto, a PPS destes estudantes servidores efetivos nas redes de ensino da educação básica pública, que atuam na área do curso para o qual se inscreveram, poderá ser de 150 horas aplicadas de forma transversal.

A PPS é um importante instrumento de consolidação do currículo dos cursos do Profucionário. É uma forma de estágio que facilitará a prática relacionada aos conteúdos das mais diversas disciplinas. Seu cumprimento é obrigatório e requer um acompanhamento minucioso e consistente de tutores e coordenadores, inclusive os de curso, em três fases: estabelecimento do termo de compromisso, planejamento das atividades e acompanhamento da execução do que foi planejado. Para tanto, é importante atentar-se aos manuais e às aulas da disciplina Orientação para Pesquisa e Prática Profissional. É preciso atentar-se, ainda, ao que for instruído pelas demais disciplinas, em articulação com a PPS, ao que for disponibilizado pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte, ao que estiver contido no AVA e ao que for complementado pela Coordenação do Profucionário e pelas Coordenações de Curso.

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os estudantes terão oportunidade de participar de diversas atividades extracurriculares, tais como:

- a) Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) Programas de iniciação científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) Atividades de extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam, com agilidade, o desenvolvimento de projetos vários;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e às relações democráticas;
- f) Visitas técnicas que, também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa (daí a importância de relações empresariais

e comunitárias bem articuladas) algumas oportunidades próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação.

Os cursos técnicos exigem uma observação direta do papel dos trabalhadores no mundo do trabalho, o envolvimento com práticas diversas de aplicação do conhecimento e a participação em eventos de difusão do conhecimento, para melhor consolidar a formação dos estudantes.

3.7 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal de Rondônia idealiza o Curso Técnico em Multimeios Didáticos em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes os levará a compreender questões críticas e a exercer influência no desenvolvimento local e regional. Os cursistas terão condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, para prestar o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserem.

A concepção de educação profissional e tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – e visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à EPT contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam, efetivamente, com as políticas sociais e econômicas, especialmente aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico integrará ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; conceberá a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, a equipe pedagógica organizará suas atividades de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades comunitárias e a prestação de serviços, numa participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

3.8 PERFIL DO EGRESSO

O Técnico em Multimeios Didáticos é o profissional habilitado para a preparação, o uso e a orientação de uso dos recursos de hipermídia nas escolas de educação básica. Conforme prevê o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2014):

Promove a mediação entre recursos tecnológicos e a prática educativa escolar. Orienta e apoia a comunidade escolar na utilização dos equipamentos tecnológicos disponíveis. Prepara apresentações e materiais didáticos produzidos pelos educadores. Difunde as práticas de utilização dos recursos tecnológicos (planejamento, organização, execução e controle de utilização dos equipamentos e programas). Indica novos recursos tecnológicos para a ampliação e atualização do acervo multimidiático. Zela pela manutenção, controle e armazenamento dos equipamentos tecnológicos e programas da unidade escolar.

Ainda de acordo com o Catálogo (2014), o Técnico em Secretaria Escolar poderá atuar em “[...] escolas públicas e privadas, centros de formação profissional, centros de capacitação de pessoal, órgãos de sistemas e redes de ensino”.

3.9 PÚBLICO-ALVO

O curso é destinado àqueles que tenham concluído pelo menos o ensino médio, ou que estejam em formação em outra instituição pública de educação profissional técnica de nível médio e queiram transferir-se para o IFRO. Durante os processos seletivos, será aplicado um questionário socioeconômico para reconhecimento do público-alvo. De acordo com o art. 6º do Decreto nº 7.415/2010:

O Profuncionário tem por objetivo promover, preferencialmente por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio de servidores efetivos que atuem nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse [...]

Esta previsão do público-alvo estava contida na Portaria Normativa nº 25/2007, do MEC, que instituiu o Profuncionário. Foi repetida, quase que integralmente, pela Resolução nº 5/2012, do FNDE, que trata do financiamento do programa. Portanto, o público-alvo prioritário não deixa margem para dúvidas: são os servidores que atuam em atividades de apoio administrativo nas escolas públicas de educação básica, notadamente na execução dos serviços de Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar e outras seis áreas elencadas no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Todavia, havendo vagas ociosas, outras pessoas da comunidade poderão ocupá-las mediante processos seletivos, a fim de atender ao princípio da economicidade e aos interesses de demanda.

Para cada curso, a prioridade é dos candidatos com ensino médio concluído que já trabalham na área, exceto no caso de vagas remanescentes. A seletiva deve ser feita com o apoio das Secretarias de Educação, que poderão compor listas de indicação de servidores com interesse e aptidão para os cursos, tendo em vista o que prevê o art. 8º, inciso IV, alínea “b” da Resolução nº 5/2012 do FNDE: “articular-se com o IF responsável pela oferta do curso em sua rede para a consecução dos objetivos do programa”. Em síntese, estes são os requisitos do candidato, em ordem de prioridade, para ingressar nos cursos do Profuncionário no IFRO:

- a) Ter ensino médio completo;
- b) Ser servidor público de escola de educação básica;
- c) Atuar na área do curso em que pretende ingressar;
- d) Ser indicado pela Secretaria de Educação de que faz parte ou classificado em processo seletivo específico;
- e) Atender a outras regras de seleção.

Outros requisitos poderão ser criados, como no caso de vagas remanescentes, de modo que pessoas da comunidade em geral também possam participar da seleção.

3.10 CERTIFICAÇÃO

O cursista deverá concluir os estudos de todas as disciplinas e cumprir as 300 horas de Prática Profissional Supervisionada para que lhe seja conferido o Diploma de Técnico em Multimeios Didáticos, conforme determinações do art. 7º do Decreto nº 5.154/2004.

4 RECURSOS HUMANOS E DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O *Campus* está organizado de maneira que o curso possa se desenvolver por meio de um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pessoal pedagógico-administrativo. Há um conjunto de profissionais com perfil adequado e de setores específicos para trabalhar de forma integrada, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

4.1 EQUIPE DE PROFESSORES FORMADORES

A expansão institucional está relacionada ao crescimento quantitativo e qualitativo de seu quadro de profissionais. A seleção de docentes é feita a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, após autorização do Ministério da Educação. A contratação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso e mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.1 Requisitos de formação

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela LBD/1996 e pelas regulamentações do MEC. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 4 — Necessidade de profissionais para o quadro docente

	Módulo	Formação mínima exigida
1	Ambientação para EaD	Graduação em Informática
2	Metodologia da Pesquisa	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
3	Orientação para Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
4	Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
5	Educadores e Educandos: tempos históricos	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
6	Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
7	Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
8	Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica da Educação	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
9	Gestão da Educação Escolar	Graduação em Pedagogia ou Licenciatura
10	Informática Básica	Graduação em Informática
11	Produção Textual na Educação Escolar	Graduação em Letras/Língua Portuguesa
12	Direito Administrativo e do Trabalho	Graduação em Direito
13	Teorias da Comunicação	Graduação em Informática, Comunicação Social ou Letras
14	Audiovisuais	Graduação em Informática, Comunicação Social
15	Biblioteca Escolar	Graduação em Biblioteconomia ou outra área com pós-graduação em Serviços de Biblioteca

16	Laboratórios	Graduação em qualquer Licenciatura, com pós-graduação em uso de Laboratórios Didáticos
17	Oficinas Culturais	Graduação em qualquer Licenciatura
18	Informática Aplicada à Educação	Graduação em qualquer Licenciatura, com pós-graduação envolvendo a Informática na Educação
19	Informática Aplicada às Artes	Licenciatura em Artes

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2014)

Consta, no anexo, o quadro de profissionais que atuarão no curso, a ser atualizado constantemente pela Diretoria de Ensino, conforme os remanejamentos e o fluxo de entrada e saída de colaboradores.

4.2 EQUIPE DE COLABORADORES

A equipe de colaboradores é composta por tutores presenciais, tutores a distância, coordenadores de curso e coordenadores adjuntos da Rede e-Tec Brasil no IFRO. Os profissionais são selecionados conforme a legislação aplicável. No caso de bolsistas, são atendidas, especialmente, a Lei nº 11.273/2006 e a Resolução nº 36/2009, do FNDE.

4.3 ÓRGÃOS DE APOIO

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, como o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO. Pode contar, também, com representações discentes, quando formalmente constituídas.

O Conselho de Classe é um órgão cujas formas de ação, competências e outras fundamentações próprias de sua função estão definidas nos art. 21 a 27 do ROA dos Cursos Técnicos de Nível Médio e no Regulamento do próprio colegiado. Compete principalmente a ele apreciar e deliberar sobre matérias relativas à formação dos estudantes, nos limites e segundo os princípios estabelecidos.

4.4 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A estrutura organizacional do *Campus* compõe-se de setores pedagógico-administrativos para orientação, acompanhamento e suporte às atividades de alunos e professores, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

4.4.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação; instrui programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus*, no Regulamento da Organização Acadêmica e nas instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca. Poderão ser instituídas outras coordenações, como a de Curso, conforme o processo de reformulação da estrutura organizacional em andamento.

a) Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino, conforme a necessidade; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, presta apoio pedagógico aos alunos e professores.

b) Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

O atendimento e o acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado em todos os aspectos do indivíduo — físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Os serviços específicos são:

- **Serviço Social:** presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, envolvendo a construção do perfil dos que ingressam no *Campus*; o levantamento de necessidades; a elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; a realização de outras atividades de atendimento favoráveis à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

- **Serviço de Psicologia:** atende aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina;
- **Serviço de Atendimento Educacional Inclusivo:** atende alunos com necessidades educacionais específicas.

Existe, portanto uma inter-relação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e os demais setores de apoio pedagógico e administrativo, com vistas a atender, principalmente, ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar dos estudantes. Incluem-se nas suas funções os trâmites para expedição de certificados e diplomas.

d) Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, no âmbito dos cursos e da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

e) Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso, subordinada à Diretoria de Ensino, é responsável por acompanhar o processo de formação dos estudantes, participar dos processos de reformulação do projeto pedagógico e prestar o suporte necessário à execução do curso, conforme as competências estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica.

4.4.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, entre outras), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a Administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem. Utiliza como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

4.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino e extensão; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com estratégias de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Júnior) e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

4.4.4 Setor de Tecnologia da Informação

Setor responsável pela automação e pelo desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno e pelo registro de professores), entre outros programas, sistemas e processos.

4.4.5 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma necessidade que acarrete dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). É possível promover: suporte tecnológico aos estudantes (como órteses, próteses e outros), se houver provimento de recursos; o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; a criação e a aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva; e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

5 INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO

O *Campus* conta com infraestrutura de setores pedagógicos e administrativos, capazes de oferecer segurança e bem-estar a alunos, professores e à comunidade externa. Além dos espaços formadores e de apoio pedagógico-administrativo, organizados em setores, conta com ambientes de recepção, alimentação, experimentos e outros.

5.1 ESPAÇOS FORMADORES

São considerados espaços formadores todos aqueles em que é possível desenvolver o ensino e a aprendizagem por meio de suporte e/ou instrução – como as salas de aula, a quadra poliesportiva, os laboratórios, a biblioteca, entre outros.

As salas de aula do *Campus* são climatizadas e equipadas com televisores e dispositivos de conexão de hiperfídia; atendem regularmente ao volume de alunos, à acessibilidade e aos requisitos gerais de bem-estar dos usuários. Enquanto concepção pedagógica, elas possuem, como extensão, outros espaços para estudos coletivos ou individuais, interna ou externamente ao *Campus*. São estes os espaços básicos, mas não são os únicos, para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Devido à intensidade de seu uso, requerem mecanismos de manutenção e estratégias de suporte das equipes e setores de apoio.

As telessalas também são espaços de uso bastante intensivo e, no caso deste curso, ainda mais prioritários, em vista da transmissão das aulas via satélite. Contêm TVs de tela plana, kits de recepção e outros equipamentos necessários.

A biblioteca é ampla, instalada em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis à formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizado em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e estar disponível aos alunos para a fundamentação teórica das atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância da biblioteca, que contará, ainda, com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo. As ementas, em anexo, trazem uma lista de referências básicas e complementares que estarão presentes na biblioteca do *Campus*.

Os laboratórios de informática, disponíveis aos alunos, estão estruturados com computadores conectados à internet e interligados em rede, com acesso a impressoras, projetores multimídia, entre outras formas de conexão – que possibilitam a utilização da linguagem de hiperfídia, inserindo o aluno no mundo globalizado –, e contam com *softwares* específicos de acordo com as necessidades do curso.

5.2 RECURSOS TECNOLÓGICOS

O *Campus* oferece segurança e suporte a todos que nele se encontram: possui equipamentos de segurança e, principalmente, os instrumentos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades de formação com qualidade. Oferece materiais de expediente, veículos para transporte em excursões e visitas técnicas, materiais esportivos, entre outros; conta com diversos recursos de hipermídia, tais como *data show*, televisores, *DVD players*, computadores, que se traduzem em inovação ou suporte imprescindível para o trabalho de alunos e professores. Os inventários destes equipamentos e materiais podem ser consultados junto à Diretoria de Planejamento e Administração, ou, conforme o caso, na Diretoria de Ensino.

5.3 MATERIAIS DIDÁTICOS

São considerados didáticos todos aqueles materiais que podem ser aproveitados no ensino e na aprendizagem, na forma de objetos pedagógicos que contenham conteúdos conceituais, descritivos e procedimentais, como os livros-texto, vídeos, arquivos de sons e diversos outros, para atendimento ao curso. Os livros didáticos serão disponibilizados aos alunos de forma impressa e/ou eletrônica. Serão aproveitados os já produzidos e concedidos por outras instituições, por meio de parcerias ou cessões de uso, e aqueles elaborados pelo próprio *Campus*. Conforme a necessidade, os livros poderão ser substituídos por outros instrumentos similares, como as apostilas. A plataforma virtual da Rede e-Tec Brasil, inclusive, prevê a disponibilização de diversos materiais produzidos com base no Currículo Referência para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Ministério da Educação.

5.4 INFRAESTRUTURA E RECURSOS ESPECÍFICOS DE EAD

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada importantíssima para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD, que precisa contar com redes informáticas internas, telefones e outros instrumentos.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, como aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Assim, a oferta do curso conta com uma Central de Atendimento ao Estudante, o

Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Sistema Acadêmico-Administrativo e outros recursos de atendimento.

5.5 POLOS DE APOIO PRESENCIAL

O curso contará com Polos de Apoio Presencial para atender os alunos de municípios e distritos adjacentes. São unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenadores, assistentes e, especialmente, alunos do curso. Os Polos são, portanto, um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, que contribuem para um atendimento personalizado quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte à realização das atividades, conforme a modalidade de oferta onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

5.6 CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A Central de Atendimento ao Estudante (CAE) tem como objetivo atender o aluno de modo mais ágil nas questões ligadas aos aspectos administrativo, acadêmico e pedagógico, bem como facilitar a relação do aluno com o Polo. Conta com uma linha telefônica disponibilizada somente para esse fim, e com uma equipe de tutores cujo horário de atendimento é pré-definido, além de correio eletrônico institucional.

6 SISTEMAS DE ATENDIMENTO

O curso contará com os atendimentos de rotina, comuns a todos os alunos, e com um sistema específico, envolvendo profissionais e recursos típicos das atividades em EaD, prontos para o atendimento no sistema presencial-virtual.

6.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Além da Central de Atendimento ao Estudante, o aluno contará com um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio do qual terá acesso a materiais didático-pedagógicos,

ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o AVA auxilia no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, por meio de fóruns, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividade *off-line*, vídeos e *links*, entre outros recursos.

6.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Acadêmico-Administrativo é um aplicativo que auxiliará na gestão de matrícula, no lançamento de notas e na vinculação de professores e tutores, norteados os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado como interface entre a instituição e os Polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

A equipe do curso utilizará a estrutura descrita nos itens 6 e 7 deste projeto, com ferramentas recomendadas pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, para atendimento aos Referenciais de Qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação (2007). Estes, mesmo que orientados para a educação superior, podem ser definidos para a execução dos Cursos Técnicos de Nível Médio. As principais estratégias a serem empregadas envolvem o uso de vídeos, teleaulas, material impresso, correio eletrônico e ambiente virtual. No que se refere às ferramentas do AVA, serão utilizados:

- a) Fórum: de tópico único, com questão relevante para a compreensão do(s) tema(s) tratado(s), permite a discussão e o aprofundamento do conteúdo de forma coletiva;
- b) *Quiz*: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha;
- c) Envio de tarefas: caracteriza-se pelo envio de um arquivo ao ambiente, que pode ser texto, planilha, apresentação, vídeo, imagem, etc;
- d) Glossário: possibilita a pesquisa e a construção do significado de diversas palavras desconhecidas, de cunho mais específico ou, ainda, de termos técnicos;
- e) Lição: atividade constituída de textos e questionários;
- f) Atividade *off-line*: avaliação presencial realizada em cada disciplina (obrigatória).

6.3 SISTEMA DE TUTORIA

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional dos cursos na modalidade EaD. O sistema de tutoria é um componente necessário ao estabelecimento de uma educação de qualidade, e prevê a seleção de profissionais capacitados para atuarem nesta área.

Está organizado conforme a Resolução CD/FNDE nº 36, de julho de 2009, que estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec), nos termos da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. São previstos para o curso os tutores de níveis I e II.

A principal atribuição do tutor nível I, que atende a distância – de acordo com o anexo da Resolução CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010 –, é o esclarecimento de dúvidas por meio de fóruns de discussão realizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, correspondências virtuais e participação em *chats* e videoconferências. Possui a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento e selecionando material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos. Deve, ainda, participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto aos docentes; assistir os alunos nas atividades; apoiar o professor da disciplina nas atividades; acompanhar as atividades do AVA; elaborar os relatórios de regularidade dos alunos; elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades; aplicar avaliações; coordenar as atividades presenciais; mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista; estabelecer contato com os alunos.

O tutor nível II, de acordo com a Resolução nº 18/2010, é responsável por exercer as atividades típicas de tutoria presencial, atendendo os estudantes nos Polos, conforme planejamento interno e as orientações do *Campus* Porto Velho Zona Norte; assistir os alunos nas atividades; apoiar os professores das disciplinas nas atividades; acompanhar as atividades do AVA; elaborar os relatórios de regularidade dos alunos; elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades; aplicar avaliações; coordenar as atividades presenciais; mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista; estabelecer contato com os alunos.

7 PLANEJAMENTO DE ENSINO

O planejamento de ensino possui dimensão essencial e prioritária na prática pedagógica dos professores conteudistas. Envolve os planos instrucionais a serem elaborados, a partir dos planos de disciplina aqui apresentados, e com previsão de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

7.1 PLANOS DE DISCIPLINA

Os planos de disciplina (no apêndice) são indicadores prévios para o planejamento completo dos professores em sua área disciplinar. Eles determinam os conteúdos e referências imprescindíveis para a formação dos cursistas. Os professores conteudistas desenvolverão, a partir deles, um plano instrucional por disciplina, envolvendo todos os eventos de formação (aula, atividade complementar, exposição de vídeo, entre outros) a serem realizados nas disciplinas que ministrarão, a partir das concepções educacionais do IFRO, dos princípios estabelecidos neste projeto, das metodologias trabalhadas na preparação para EaD e do ROA dos Cursos Técnicos de Nível Médio. O planejamento inclui a modelagem, que consiste na previsão e na preparação de instrumentais e atividades a serem aplicadas.

Além de conter a previsão e o detalhamento das atividades de ensino e aprendizagem, o plano instrucional é baseado no AVA. Todos os planos deverão ser entregues, de forma antecipada, no início das disciplinas, conforme agendamento da Coordenação do Curso.

O plano instrucional por disciplina será construído pelos professores conteudistas titulares, com a orientação da Direção de Ensino e o suporte do Departamento de Produção de EaD, considerando todos os instrumentos utilizados no AVA, conforme determinações do ROA e outros indicadores adotados pelo *Campus*.

7.2 CRITÉRIOS PARA MODELAGEM DO AVA

O Departamento de Produção de EaD fará, a partir do sistema de gestão de ensino e aprendizagem via *Learning Management System* (LMS), o desenvolvimento de ambientes virtuais para postagens, instruções e arquivamentos. Os planos instrucionais para esses ambientes garantirão indicadores de qualidade. Para tanto, conterão, no mínimo:

- a) Postagem de um vídeo de apresentação pessoal/profissional do professor conteudista para cada disciplina, com duração de dois a quatro minutos;

- b) Apresentação de, pelo menos, quatro unidades de ensino e aprendizagem por disciplina;
- c) Disponibilização do plano instrucional no AVA, com opção para *download*;
- d) Apresentação de, pelo menos, três instrumentos de avaliação por disciplina para aferição de notas e para complementação do controle do processo;
- e) Previsão de, pelo menos, um fórum de discussão, por unidade, de cada disciplina, com um enunciado relativo ao assunto a ser debatido;
- f) *Link* do currículo do professor conteudista na Plataforma Lattes;
- g) Foto do professor conteudista;
- h) Indicação das mídias e fontes de pesquisa previstas para estudo: no mínimo, cinco textos em PDF e, por unidade, três *links* de fontes de pesquisa *on-line* e dois objetos de aprendizagem (vídeos, MP3, arquivos *flash*, etc).

Compete ao professor conteudista preencher os formulários que receber para indicar as informações suplementares nas páginas do AVA, referentes à disciplina que ministrará; compete aos tutores presenciais e a distância estudar antecipadamente estes materiais, para melhor instruir os cursistas.

8 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que se seguem. Porém, devem ser considerados, ainda, aqueles existentes ou a serem criados e homologados, bem como os que são parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da rede federal.

8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- b) Decreto nº 5.154/04: regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
- c) Decreto nº 7.415/2010: regulamenta o Profucionário;
- d) Lei nº 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;
- e) Lei nº 11.892/2008: cria os Institutos Federais;
- f) Lei nº 11.273/2006: autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica;
- g) Lei nº 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- h) Parecer CEB/CNE nº 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- i) Portaria Normativa MEC nº 25/2007: institui o Profucionário;
- j) Resolução FNDE nº 36/2009: atualiza o valor de bolsas e institui o manual do bolsista no Programa e-Tec Brasil;
- k) Resolução FNDE nº 5/2015: dispõe sobre o financiamento do Profucionário;
- l) Resolução CEB/CNE nº 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Especificamente, a Resolução do CNE nº 6/2012 apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

8.2 NORMATIVAS INTERNAS

O curso é regido, também, por normatizações internas que atendem à legislação nacional quanto à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- c) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- d) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- e) Regulamento de Colação de Grau;
- f) Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas;
- g) Regulamento dos Conselhos de Classe;

O Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e registros acadêmicos. Outras normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154/2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 5 mar. 2010.

_____. _____. **Decreto nº 7.415/2010**. Brasília: MEC, 2010.

_____. _____. **Lei nº 9.394/1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/19394.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

_____. _____. **Lei nº 11.273/2006**. Brasília: MEC, 2006.

_____. _____. **Lei nº 11.788/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 28 fev. 2010.

_____. _____. **Relatório de indicadores de resultados acadêmicos do IFRO no ano letivo de 2011 (com dados de matrícula inicial de 2012)**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2012.

_____. Instituto Federal de Rondônia. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2010.

_____. _____. **Manual de Estágio**. Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regimento Geral**. Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas**. Porto Velho: IFRO, 2012.

_____. _____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNEs/IFRO**. Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso**. Porto Velho: IFRO, 2013.

_____. _____. **Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso**. Porto Velho: IFRO, 2013.

_____. FNDE. **Resolução nº5/2012**. Brasília: MEC, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. Disponível em: <43TTP://catalogonct.mec.gov.br/et_informacao_comunicacao/t_informatica.php#>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

_____. _____. **Parecer nº 16/2005**. Brasília: MEC, 2005.

_____. _____. **Portaria Normativa nº 25/2007**. Brasília: MEC, 2007.

_____. _____. **Portaria nº 1.547/2011.** Disponível em:
<http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1547-2011_234644.html>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. _____. **Profucionário:** apresentação. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12365>. Acesso em: 8 fev. 2014.

JURIS Way. **Lei nº 6.684/1979.** Disponível em:
<[44TTP://www.jurisway.org.br/v2/bancolegisl.asp?pagina=16&idarea=1&idmodelo=370](http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegisl.asp?pagina=16&idarea=1&idmodelo=370)>. Acesso: em 10 nov. 2009.

JUSBRASIL Legislação. **Decreto 88.438/1983.** Disponível em:
<[44TTP://www.jusbrasil.com.br/legislacao/114600/decreto-88438-83](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/114600/decreto-88438-83)>. Acesso em: 10 nov. 2009.

LEI Direto. **Lei nº 11.892/2008.** Disponível em:<<http://www.leidireto.com.br/lei-11892.html>>. Acesso: em 5 mar. 2010.

LEMES, A. T. ET AL. **Manual de gestão do programa Profucionário:** Rede e-Tec Brasil. Brasília: MEC, 2012

UFMT. **Orientações gerais.** 4. ed. Cuiabá: UFMT, 2013.

APÊNDICE — PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M1/E1	CARGA HORÁRIA: 40h
DISCIPLINA: AMBIENTAÇÃO PARA EAD	
Objetivo geral	
Compreender os princípios básicos de utilização de recursos de hipermídia no processo de aprendizagem.	
Objetivos específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Usar o Ambiente Virtual de Aprendizagem e outras plataformas e recursos de hipermídia para construção do conhecimento; ● Aprender a utilizar ferramentas de navegação e metodologias específicas para o estudo a distância. 	
Ementa	
Concepções e legislação em EAD. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Ferramentas para navegação e busca na internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.	
Referências básicas	
BORBA, M.C., Malheiros, A.P.S., ZULATTO, R. B.A. Educação a distância online . 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.	
LIMA, Artemilson Alves de. Fundamentos e práticas na EaD . Edição revisada e atualizada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012.	
MATTAR, João. Guia de educação a distância . São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
Referências complementares	
BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005.	
BELLONI, Maria Luísa. Educação a distância . 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.	
FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; MORAES, Raquel de Almeida (orgs.). Linguagens e interatividade na educação a distância . Rio de Janeiro: DP&A, 2008.	
MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da EaD . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.	
PIMENTEL, N. M. Introdução à educação a distância . Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.	
SAWAYA, Márcia Regina. Dicionário de Informática & Internet . 3. ed. Editora Nobel, 2010.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M1/E1	CARGA HORÁRIA: 40h
DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA	
Objetivo geral:	
Preparar-se para o início da prática profissional supervisionada e as atividades de pesquisa.	
Objetivos específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicar princípios de redação técnica e científica; ● Aprender a planejar atividades de estágio, conforme a legislação específica. 	
Ementa	
Atribuições do Técnico em Multimeios Didáticos. Pesquisa científica. Etapas de uma pesquisa. Pesquisas bibliográficas na internet. Redação científica.	
Referências básicas	
CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. Metodologia científica . São Paulo: Pearson, 2007.	
LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2011.	
BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz . 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000	
Referências complementares	
BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.	
FARACO, C. A. e TEZZA, C. Prática de texto . Petrópolis: Vozes, 2008.	
GARCEZ, L. H. do C. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.	
KOCHE, J.C. Fundamentos da metodologia científica . Porto Alegre: Edusc/Est/Vozes, 2009.	
STAUCHUK, I. A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno . São Paulo: Martins Fontes, 2003.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M1/E2	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA À EDUCAÇÃO	
Objetivo geral	
Aprender a aplicar ferramentas básicas de informática nos estudos e atividades profissionais cotidianas.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os rudimentos da tecnologia da informação, no campo da informática básica; • Aprender a utilizar ferramentas básicas de hipermídia, como os computadores e equipamentos relacionados a eles; • Aplicar os conhecimentos de informática no armazenamento de dados, com segurança da informação. 	
Ementa	
Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Conceito de tecnologia. Tecnologias da Informação. Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Tecnologias e mercado de trabalho. Conceito de informática. A informática na formação do trabalhador. Sistemas operacionais. Navegadores. Equipamentos de informática usados no trabalho da escola. Ferramentas de produção de texto e de elaboração de planilhas eletrônicas. Pesquisa na internet. Armazenamento de dados no trabalho cotidiano. Segurança da informação.	
Referências básicas	
CASTELL, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação . 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática Básica . 5. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013. SILVA, Mario Gomes. Informática: terminologia — Microsoft Windows 7, internet, segurança, Microsoft Office Word 2010 . São Paulo: Erica, 2010.	
Referências complementares	
CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2004. DAHLMAN, Carl e FRISCHTAK, Claudio. Tendências da indústria mundial: desafios para o Brasil . Brasília: CNI/DIREX, 2005. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação e Informática . 4. ed. Recife: Atlas, 2011. TAJRA, S. M. Informática na educação: novas ferramentas . São Paulo: Erica, 2012. THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. VELOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M1/E2	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: FUNCIONÁRIOS DE ESCOLAS: CIDADÃOS, EDUCADORES, PROFISSIONAIS E GESTORES	
Objetivo geral	
Discutir o papel do servidor de apoio dentro do âmbito da educação básica pública.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o papel social da escola e suas funções; • Conhecer a estrutura da educação escolar no Brasil; • Reconhecer a função dos funcionários da escola e seu papel nas etapas e modalidades da educação; • Identificar o papel dos funcionários na tomada de decisões da escola: projeto político pedagógico e gestão democrática. 	
Ementa	
Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não-docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários, a estrutura e a operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.	
Referências básicas	
VEIGA, Ilma Passos. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 15. ed. Campinas: Papirus, 2002. MONLEVADE, João. Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Ceilândia: Idea, 2003.	

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012.

Referências complementares

GRACINDO, Regina Vinhaes. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR, Marcia A. (org). **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos e descontos**. 2. ed. Brasília: IDEA, 2001.

BRASIL. MEC. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

_____. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Básica. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de apoio escolar**. Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Brasília: MEC, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA

CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS

MODULO: M1/E3

CARGA HORÁRIA: 80h

DISCIPLINA: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA: ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA

Objetivo geral

Estabelecer a relação entre homem, pensamento e cultura, em um contexto histórico e cultural.

Objetivos específicos

- Compreender o processo de construção da cidadania ao longo dos tempos;
- Identificar, nas relações entre homem e natureza, bem como entre homem, ética, moral e política, os principais fatores que regulam as formas de relacionamento;
- Reconhecer diferentes formas de linguagem e comunicação nos processos de relacionamento.

Ementa

Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.

Referências básicas

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

BESSA, Dante Diniz. **Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

Referências complementares

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia— saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

QUARANTA-GONÇALVES, Márcio Luiz. Pequeno histórico da relação homem natureza: da *physis* à teoria de Gaia, o empobrecimento da noção de ser humano. In: **Filosofia, ciência e vida**. São Paulo: [s. n.], 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, Magda. **Linguagem e educação: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS

MÓDULO: M1/E3

CARGA HORÁRIA: 80h

DISCIPLINA: EDUCADORES E EDUCANDOS: TEMPOS HISTÓRICOS

Objetivo geral

Conhecer o processo histórico da educação e as transformações ocorridas na escola ao longo deste processo.

Objetivos específicos

- Compreender o processo de transformação da educação e do espaço escolar no decorrer dos tempos;
- Analisar a relação entre classes sociais e acesso à educação, tendo em vista as políticas públicas e as demandas de mercado;
- Reconhecer a diversidade como fator real e que requer atenção às identidades e necessidades individuais nas inter-relações cotidianas.

Ementa
A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres — sujeitos históricos. Governo, mercado e educação.
Referências básicas
HILSDORF, Maria Lucia. S. História da educação brasileira: leituras . São Paulo: Pioneira Thompson, 2003. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO; Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação . Campinas: Autores Associados, HISTEDBR / PUCPR, 2004 SILVA, Maria Abádia da. Educadores e Educandos: Tempos Históricos . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012.
Referências complementares
LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia. 500 anos de educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2000 MONLEVADE, João; SILVA, Maria Abádia. Quem manda na educação no Brasil . Brasília: Idea, 2001. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. SIQUEIRA, Ângela C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. In: Revista Brasileira de Educação — ANPED , nº 26, 2004. VEIGA, Ilma Passos A. Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico . Campinas: Papirus, 2004. SILVA JUNIOR, João Reis. Reforma do Estado e da Educação . São Paulo: Xamã, 2002.

SEGUNDO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E1	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Objetivo geral	
Reconhecer e analisar fundamentos de gestão da educação escolar.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as concepções sobre gestão democrática nas escolas de educação básica; • Aplicar os elementos da legislação brasileira na construção do pensamento sobre gestão escolar. 	
Ementa	
Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.	
Referências básicas	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática . 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor H. Políticas públicas & educação básica . São Paulo: [s. n.], [s. d.]. DOURADO, Luíz Fernandes. Gestão da Educação Escolar . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012.	
Referências complementares	
PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . São Paulo: Ática, 2007. BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) . Brasília, 1996. SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. A escola pública como local de trabalho . 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. SILVA, Jair Militão da. A autonomia da escola pública: a rehumanização da escola . Campinas: Papirus, 1996. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico . Campinas: Papirus, 2004.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E1	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Objetivo geral	
Desenvolver noções de produção textual no contexto da educação escolar.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a leitura e compreensão de textos; • Reconhecer os principais gêneros textuais nas atividades profissionais escolares; • Aplicar regras de linguagem e normas de formatação de texto na produção de documentos escolares. 	
Ementa	
Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e da escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, escrever e comunicar. Organização textual: regras básicas de pontuação, acentuação e ortografia. Noções básicas de metodologia científica para formatação textual.	
Referências básicas	
FREITAS, Olga. Produção Textual na Educação Escolar . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012. JULIANA, Maria Tércia. Curso completo de redação para todos os fins . Brasília: Pró-Redação, 2004. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de Redação da Presidência da República . Brasília: Casa Civil, 2002.	
Referências complementares	
CUNHA, Celso F.; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 5. ed. São Paulo: Lexiko, 2013. GARCEZ, Lucília H. do Carmo. O que é preciso para escrever bem . São Paulo: Martins Fontes, 2001. VANOYE, F. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	

DINTEL, Felipe. **Como escrever textos técnicos e profissionais**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2011.
 ELIAS, Vanda Maria (org). **Ensino de Língua Portuguesa: Oralidade, Escrita e Leitura**. Porto Alegre: Contexto, 2011.
 GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 13. ed. Belo Horizonte: FGV, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E2	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS: ABORDAGEM PSICOLÓGICA	
Objetivo geral	
Usar a abordagem psicológica na análise das relações interpessoais.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar as fases do processo de desenvolvimento humano e diferenciá-las; ● Compreender as relações e práticas pedagógicas na escola nos processos de formação, conforme as diferentes idades e fases de desenvolvimento. 	
Ementa	
Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.	
Referências básicas	
COLE, M.; COLE, S. O desenvolvimento da criança e do adolescente . Porto Alegre: Artmed, 2003. PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012. VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	
Referências complementares	
COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro. Desenvolvimento psicológico e educação . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. DEL PRETTE, Z. Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo . São Paulo: Vozes, 2001. MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais . São Paulo: Atlas, 2001. PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano . 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. PICHON- RIVIERE, Enrique. Teoria do Vínculo . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. WALLON, Henry. A evolução psicológica da escola . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E2	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO: ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO	
Objetivo geral	
Abordar a relação entre educação, sociedade e trabalho segundo os fundamentos da sociologia da educação.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar as colaborações de importantes autores para a compreensão da relação entre educação, sociedade e trabalho; ● Analisar criticamente o papel da escola e da educação com relação ao mundo e ao mercado de trabalho; ● Compreender o papel dos trabalhadores da educação ao longo dos tempos e na perspectiva transformadora presente. 	
Ementa	
A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.	
Referências básicas	

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . São Paulo: Vozes, 2011.
PACHECO, Ricardo Gonçalves; MENDONÇA, Erasto Fortes. Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica da Educação . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013.
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . Ed. Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.
Referências complementares
ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir . Campinas: Papirus, 2001.
ALTHUSSER, Louis. Os aparelhos ideológicos do Estado . 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
DEMO, P. Saber pensar . São Paulo: Cortez, 2000.
PESAVENTO, Sandra. Os setes pecados do capital . São Paulo: Hucitec, 2008.
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
MONLEVADE, João. Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Ceilândia: Idea, 2003

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E3	CARGA HORÁRIA: 50h
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO	
Objetivo geral	
Reconhecer os diretores dos trabalhadores brasileiros.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Relacionar o mundo do trabalho com os conceitos e legislações brasileiras; ● Reconhecer os elementos do direito administrativo na gestão da escola e no contexto dos administrados. 	
Ementa	
Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	
Referências básicas	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, 1998.	
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2006.	
WALTER, Cândido Borsato de Moraes. Direito Administrativo e do Trabalho . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2012.	
Referências complementares	
CAMPOS, N. P. R. de. Noções essenciais de Direito . São Paulo: Saraiva, 2005.	
LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito . São Paulo: Brasiliense, 2006.	
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2006.	
OLIVEIRA, J. M. Constituição Federal: anotada e comentada . São Paulo: Forense, 2013.	
OLIVEIRA, P. S. de. Introdução à Sociologia . 20. ed. São Paulo: Ática, 2000.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M2/E3	CARGA HORÁRIA: 50h
DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO PARA PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL	
Objetivo geral	
Preparar-se para a prática profissional supervisionada e as atividades de pesquisa.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Planejar atividades de estágio, conforme a legislação específica; ● Desenvolver e aplicar um projeto de intervenção para a prática profissional supervisionada; ● Apresentar relatórios parciais e relatório final da prática. 	
Ementa	
Legislação e regulamentação do estágio. Direitos e deveres do estagiário, da empresa e da escola, no processo de consecução do estágio. Planejamento estratégico da prática profissional supervisionada. Projetos de pesquisa interventiva. Procedimentos de apresentação e aplicação de projetos. Produção de relatórios parciais. Produção de relatório final. Apresentação de resultados (métodos de exposição).	
Referências básicas	
CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A.; e SILVA, R. Metodologia científica . São Paulo: Pearson, 2007.	

FRANZIN, S. F. L. **Orientação para Prática Profissional e Pesquisa:** finanças. Porto Velho: IFRO, 2014.

Referências complementares

BAGNO, M. **Pesquisa na escola:** o que é, como se faz. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BARROS, A. J.P.; LEHFELD, N.A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, C. A. e TEZZA, C. **Prática de texto.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GARCEZ, L. H. do C. **Técnica de redação:** o que é preciso saber para bem escrever. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KOCHE, J.C. **Fundamentos da metodologia científica.** Porto Alegre: Edusc/Est/Vozes, 2009.

STAUCHUK, I. **A produção dialógica do texto escrito:** um diálogo entre escritor e leitor interno. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TERCEIRO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M3/E1	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	
Objetivo geral	
Reconhecer os fundamentos da teoria da comunicação para aplicação no ambiente escolar.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar conceitos de tecnologias da comunicação na abordagem da prática cotidiana das escolas; • Identificar e compreender sistemas de comunicação usados nos processos de ensino e aprendizagem; • Analisar a relação entre mídia e comunicação e aplicá-la no âmbito do uso dos multimeios didáticos. 	
Ementa	
Comunicação humana. História da comunicação. Comunicação e linguagem. Elementos de semiótica. Formas e tecnologias de comunicação. Comunicação e educação. Comunicação, ensino e aprendizagem. Mídia e comunicação: imprensa, rádio, cinema, televisão e internet.	
Referências básicas	
ASSMAN, Hugo (Org.) Redes digitais e metamorfose do aprender . Petrópolis: Vozes, 2012. BESSA, Dante Diniz. Teorias da Comunicação . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013. MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. História das teorias da comunicação . 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005. SOUZA, Jésus Barbosa. Meios de comunicação de massa: jornal, televisão, rádio . São Paulo: Scipione, 1996.	
Referências complementares	
BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação . Campinas: Autores Associados, 2001. (Polêmicas do Nosso Tempo). CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura . Vol. I A sociedade em Rede. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.) Comunicação e controle social . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências . 5. ed Petrópolis: Vozes, 2001. LÉVY, Pierre. Cibercultura . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M3/E1	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: AUDIOVISUAIS	
Objetivo geral	
Preparar-se para o uso e a orientação de uso dos recursos audiovisuais nas escolas.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância das formas de manifestação artística ao longo dos tempos; • Desenvolver e aplicar conhecimentos sobre os recursos de rádio, televisão, fotografia, vídeo e cinema; • Compreender os processos de interação entre a escola e a mídia. 	
Ementa	
A importância do desenho e da pintura no processo civilizatório. As grandes escolas de artes plásticas. O rádio e a massificação informativa. Fotografia: teoria e prática. Cinema: produção e consumo. O vídeo: produção e uso educativo. Rádios e televisões educativas. A interação entre a escola e a mídia.	
Referências básicas	
COUTINHO, Laura Maria. Audiotvisuais: arte, técnica e linguagem . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013. GOMBRICH, E. H. A história da arte . São Paulo: LTC, 2000. LÉVY, Pierre. Cibercultura . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. MACHADO, Arlindo. Máquina e imaginário . São Paulo: Edusp, 2001.	
Referências complementares	
CADOZ, Claude. Realidade virtual . São Paulo: Editora Ática, 1997. GUIMARÃES, A. S. Direito à comunicação: relação entre os meios de comunicação e o exercício da democracia . [s. l.]: Lex Magister, 2013. HARASIM, Teles; HILTZ, Turoff. Redes de aprendizagem: um guia para o ensino e	

aprendizagem on-line. São Paulo: Editora Senac, 2005.
 PESSIS Anne-Marie. Apresentação gráfica e apresentação social na tradição Nordeste de Pintura rupestre do Brasil. in: **Revista Clio**. nº 5, Série Arqueológica, Recife: UFPE, 1989.
 PRADO, Gilberto; DONATI, Luiza Paraguai. **Experimentações artísticas com webcam**. São Paulo: Unicamp, 1998. (Cadernos da Pós-Graduação, Ano 2, Vol. 2).

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M3/E2	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: BIBLIOTECA ESCOLAR	
Objetivo geral	
Aprimorar noções de atendimento em bibliotecas escolares.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Apropriar-se de técnicas de manutenção de acervos físico, eletrônico e virtual nas bibliotecas escolares; • Promover a mediação da leitura a partir de orientações de professores ou projetos desenvolvidos para aplicação na biblioteca escolar; • Reconhecer cuidados de armazenamento e de integridade de informações e materiais. 	
Ementa	
Acervo físico, acervo eletrônico e acervo virtual. Organização de acervo. Atualização. Dinamização da biblioteca. Mediação da leitura. Atendimento ao público. Interdisciplinaridade e interatividade nos processos de formação. Cuidados com armazenamento e integridade de informações e materiais. Sistemas de consulta.	
Referências básicas	
CAMPELLO, B. Biblioteca escolar . São Paulo: Autêntica, 2012. PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. Biblioteca Escolar . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013. PRADO, H. de A. Organização e administração de bibliotecas . [s. l.]: T. A. Queiroz, 2000. ROCA, G. D. e LIMA, C. H. L. Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola . Porto Alegre: Artmed, 2011.	
Referências complementares	
CAMPELLO, B. S. Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola . São Paulo: Autêntica, 2008. MACEDO, N. D. de. Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual . São Paulo: Senac, 2005. MARTO, L. H. Biblioteca escolar: eis a questão! — do espaço do castigo ao centro do fazer educativo . São Paulo: Autêntica, 2011. SILVA, R. J. da. Biblioteca escolar e a formação de leitores: o papel do mediador de leitura . São Paulo: Eduel, 2010. SILVA, W. C. da. Miséria da biblioteca escolar . São Paulo: Cortez, 1995.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M3/E2	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: LABORATÓRIOS	
Objetivo geral	
Reconhecer os perfis dos laboratórios escolares de educação básica e as formas de sua utilização.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e descrever os diversos tipos de laboratórios de formação escolar, reconhecendo a função de seus coordenadores ou técnicos responsáveis; • Preparar-se para a mediação didática nos laboratórios, conforme as orientações dos professores; • Preparar um plano de ação para atendimento em laboratório. 	
Ementa	
A experimentação como prática científica. As grandes descobertas. Laboratórios. O desenvolvimento dos laboratórios escolares: concepção, uso e rotina. Laboratório de ciências: Biologia, Química e Física. Laboratório do ensino de línguas. Laboratório de informática. Perfil do técnico em laboratórios. Plano de ação para os laboratórios.	
Referências básicas	
CRUZ, Gleidson Bomfim da; CAMPOS, Joelma Bomfim da Cruz. Laboratórios . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013.	

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: novo ritmo da informação**. São Paulo: Papyrus, 2007.
LOIS, L. **Teoria e prática da formação do leitor**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
ZUBRICK, J. W. **Manual de sobrevivência no laboratório de Química**. São Paulo: LTC, 2005.

Referências complementares

BRAGA, R. M. e SILVESTRE, M. de F. B. **Construindo o leitor competente: atividades de leitura interativa para a sala de aula**. São Paulo: Global, 2009.
CALVI, G. e MARTINEZ, L. **Escola, sala de leitura e biblioteca criativas: o espaço da comunidade**. São Paulo: Global, 2005.
GUEVARA, A. J. de. **Tecnologias emergentes: organizações e educação**. São Paulo: Cengage, 2008.
OLIVEIRA, R. D. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. São Paulo: Papyrus, 1997.
RIBEIRO, M. J. L. e DELLAROSA, V. A. **Laboratório temático de inclusão digital e diversidade: teoria e experiências**. [s. l.]: Eduem, 2010.

QUARTO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M4/E1	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: OFICINAS CULTURAIS	
Objetivo geral	
Preparar-se para o suporte ao desenvolvimento de oficinas culturais nas escolas.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a relação entre educação, cultura e diversidade, em suas mais diversas formas de expressão; • Construir conhecimentos sobre formas de reconhecimento de identidade cultural; • Desenvolver técnicas de apoio no desenvolvimento de oficinas culturais e apresentação de resultados em eventos. 	
Ementa	
Educação e cultura. O Brasil e a diversidade cultural. Cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. Identidade cultural da comunidade escolar. Atividades culturais na escola. Técnicas de preparação para eventos com uso de tecnologias de hipermídia. Apoio à preparação de materiais didáticos.	
Referências básicas	
HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade . São Paulo: DP&A, 2006. LAMPERT, E. Educação, cultura e sociedade: abordagens múltiplas . [s. l.]: Sulina, 2004. PIMENTEL, Graça; GUERRA, Jacinto; CARNEIRO, Liliane Bernardes. Oficinas Culturais . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013. SIMÕES NETTO, M. de L. Identidade cultural e expressões regionais: estudos sobre literatura, cultura e turismo . Santa Catarina: Editus/UESC, 2006.	
Referências complementares	
COELHO NETO, J. T. Cultura e educação . São Paulo: Iluminaras, 2011. DAOLIO, J. Da cultura do corpo . São Paulo: Papirus, 2010. LIMA, E. S. Currículo, cultura e conhecimento . [s. l.]: Interalia, 2009. OSTETTO, L. E. e LEITE, M. I. Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte . São Paulo: Papirus, 2005. TOURINHO, I. e MARTINS, R. (orgs.). Educação da cultura visual: conceitos e contextos . Santa Maria: UFSM, 2011.	

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M4/E1	CARGA HORÁRIA: 90h
DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO	
Objetivo geral	
Reconhecer o histórico, contexto e os princípios de uso da informática na educação.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Dominar procedimentos de uso do computador como recurso pedagógico, no apoio a alunos e professores; • Identificar e aplicar procedimentos de uso da internet na educação, tanto nas atividades de ensino e aprendizagem, quanto nas atividades administrativas. 	
Ementa	
Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.	
Referências básicas	
ALMEIDA, F. J. de. Educação e informática: os computadores na escola . São Paulo: Cortez, 2012. BONILLA, M. H. S. e PRETTO, N. de L. Inclusão digital: polêmica contemporânea . Salvador: EDUFBA, 2011. COX, K. K. Informática na educação escolar . São Paulo: Autores Associados, 2003. NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática Aplicada à Educação . 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013.	
Referências complementares	
ALMEIDA, I. B. P. de e SANTOS, S. S. dos. Educação tecnológica . [s. l.]: Pacto Editorial, 2012. DREYFUS, H. L. A internet: uma crítica filosófica — a educação a distância e o mundo virtual . [s. l.]:	

Fabrefactum, 2012.
 MENEZES, L. da C. **Informática e educação inclusiva: discutindo limite e possibilidades.** Santa Maria: UFSM, 2011.
 SILVA, R. E. V. da. **Informática na educação e o ensino de ciências naturais.** [s. l.]: Paco Editorial, 2011.
 STREY, M. N. e KAPITANSKI, R. C. **Educação & internet: a era da informação e a vida cotidiana.** [s. l.]: Sinodal/Portugal, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA	
CURSO: TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	
MÓDULO: M4/E2	CARGA HORÁRIA: 80h
DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA ÀS ARTES	
Objetivo geral	
Compreender técnicas de uso da informática aplicada às artes.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a utilizar o computador como ferramenta para trabalhos artísticos e para orientar as pessoas neste mesmo uso; • Conhecer e dominar ferramentas básicas de criação de páginas de internet; • Aplicar técnicas de edição de imagens, em tarefas, oficinas e eventos. 	
Ementa	
Informática para a criação artística. O computador como ferramenta para trabalhos artísticos. Educação estética visando apreciar e criticar as expressões artísticas variadas, principalmente no contexto digital. Ferramentas básicas para apresentação, desenho e pintura digital, criação e edição de imagens e animações e posterior postagem na web. Realização de atividade prática.	
Referências básicas	
ALMEIDA, F. J. de. Educação e informática: os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 2012. BERTOMEU, J. V. C. Criação visual e multimídia. São Paulo: Cengage, 2009. GUIAS Práticos. Edição de vídeo. [s. l.]: Porto Editora, 2012. VENTURELLI, Suzete; TELES, Lúcio. Informática aplicada às artes. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil, 2013.	
Referências complementares	
ALMEIDA, I. B. P. de e SANTOS, S. S. dos. Educação tecnológica. [s. l.]: Pacto Editorial, 2012. DREYFUS, H. L. A internet: uma crítica filosófica — a educação a distância e o mundo virtual. [s. l.]: Fabrefactum, 2012. MENEZES, L. da C. Informática e educação inclusiva: discutindo limite e possibilidades. Santa Maria: UFSM, 2011. SILVA, R. E. V. da. Informática na educação e o ensino de ciências naturais. [s. l.]: Paco Editorial, 2011. STREY, M. N. e KAPITANSKI, R. C. Educação & internet: a era da informação e a vida cotidiana. [s. l.]: Sinodal/Portugal, 2011.	